

1932: uma história de

O povo de São Paulo se atirou de corpo e alma no levante constitucionalista contra a Ditadura Vargas. Mas o destino da luta estava definido desde o início, quando o interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, mandou marchar contra os paulistas as tropas que havia prometido enviar em seu apoio. Atacados por todos os lados pelas forças federais, só o enorme esforço dos paulistas explica que a revolução ainda tenha resistido quase três meses, depois da morte de mais de 800 combatentes

ARISCHNEIDER

A população de São Paulo demorou a notar que havia um levante em marcha naquele 9 de julho de 1932.

Era uma típica noite paulista: de sábado e as ruas do centro estavam animadas, com aquele aspecto cosmopolita que tanto agradava aos paulistas, orgulhosos de sua metrópole de 1 milhão de habitantes. Nos cinemas lotados, alguns assistiam-se com *O Vampiro de Dusseldorf*, que estreava no Odeon, enquanto outros optavam por *Marlene Dietrich em O Expresso de Shanghai*, no Paramount. O Teatro Bela Vista apresentava uma companhia portuguesa e prometia para breve a volta de Procópio Ferreira, com suas piadas sobre Getúlio, chefe

Os bares e cafés ainda fervilhavam quando o levante foi às ruas



do Governo Provisório, que o público considerava "impagáveis".

Os bares e cafés ainda fervilhavam, enfumacados, quando, por volta das 22 horas, começaram os primeiros movimentos de tropas. Chamou atenção que, pouco depois, alunos da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, começaram a circular com fuzis e tiracolo. Pela meia-noite, tropas da Força Pública ocupavam os Correios e em seguida a Telefônica.

Eram os primeiros movimentos ostensivos de uma revolução marcada pela paixão com que o povo de São Paulo se atirou a uma luta que foi ficando mais desigual e sangrenta à medida que aumentavam as traições à causa que a levou ao combate: depor o governo Vargas e constituir o País.

Os revoltosos — Os paulistas que se levantavam contra Getúlio eram os mesmos que haviam apoiado com entusiasmo sua ascensão ao poder na Revolução de 30, contra as práticas oligárquicas e o processo eleitoral viciado da República Velha. Com menos de dois anos no poder, no entanto, Getúlio encontrava crescente desconfiança entre a população de São Paulo, que lhe atribuía a intenção de converter em definitivo o Governo Provisório que chefiava. E, principalmente, por adiar indefinidamente a convocação da Assembleia Constituinte, uma das bandeiras dos revolucionários de 30.

Naquele 9 de julho de 1932, mesmo os que tivessem lido atentamente os jornais do dia não encontrariam indícios de que a luta fosse iminente (de fato, houve uma precipitação do movimento, motivada pela destituição do general Bertoldo Klinger, adepto da causa constitucionalista, do comando militar de Mato Grosso). O *Estado*, por exemplo, trazia este título em sua principal página política: "Um dia sem notícias." Mesmo queixando-se da falta de fatos concretos, o redator informava, no entanto, que "proliferavam os boatos pelos corredores dos Ministérios, pelas redações dos jornais, pelos quartéis..." No noticiário local, destaque para a inauguração do serviço de ônibus, de meia em meia hora, "para o vizinho município de Santo Amaro".

No dia seguinte, sim: em manchete, o *Estado* anunciava a Revolução, informando estar "vitorioso, em todo o Estado, o movimento revolucionário de caráter constitucionalista". E nos outros títulos: "Pela manhã já haviam aderido todas as guarnições federais, inclusive Quitatuna; Rio

Grande do Sul, Minas Geraes e Santa Catarina integrados no movimento; As forças de Mato Grosso marcham para Bauru; O general Bertoldo Klinger (escolhido para comandar o levante) chegará hoje de avião; A aclamação do dr. Pedro de Toledo presidente do Estado (até então ele era interventor designado por Getúlio)..."

Acompanhar os primeiros passos da revolta pelo noticiário do *Estado* é algo que ganha interesse quando se recorda que o diretor do jornal, Julio de Mesquita Filho, foi o grande articulador civil do movimento, além de responsável pela coordenação do apoio militar. Francisco e Alfredo Mesquita, irmãos de Julio, também entraram na luta desde o início, assim como Paulo Duarte, Guilherme de Almeida e outros do chamado "grupo do Estado".

Depois de recapitular as origens e os objetivos do levante — "repor o Brasil, rapidamente, sob o domínio da lei" — e de traçar o perfil de outros comandantes militares (o general Isidoro Dias Lopes e o coronel Euclides Figueiredo, pai do ex-presidente João Baptista Figueiredo), o jornal faz um balanço das adesões, segundo o comando revolucionário:

"(...) No Rio Grande do Sul e em São Paulo, a totalidade das guarnições federais, das polícias estaduais e do elemento civil; em Mato Grosso, toda a tropa federal, parte da polícia e contingentes civis. No Rio, Paraná e Santa Catarina, importantes contingentes apóiam o movimento. A situação em Minas pode ser resumida no apoio de diversas guarnições (...) O presidente do Estado, Olegário Maciel, manifestou-se partidário de uma solução amistosa, mas assegurou aos chefes constitucionalistas que em nenhuma hipótese os soldados mineiros atirariam sobre as forças paulistas."

Era o que esperavam os líderes do movimento, com base nos compromissos assumidos durante a articulação, mas nada de parecido aconteceu.

Traição — No Rio Grande do Sul, a reviravolta do interventor Flores da Cunha, que depois de comprometer-se com o levante mudou de lado, transformou em inimigas as tropas que os paulistas contavam

A primeira traição partiu do interventor Flores da Cunha



como aliadas. De Mato Grosso, os paulistas esperavam o reforço de pelo menos 6 mil homens, número prometido pelo general Klinger. Destituído de seu comando pelo governo Vargas, Klinger não conseguiu reunir mais que seus ajudantes de ordens e uns escassos soldados, que com ele chegaram de trem a São Paulo três dias depois.

No Rio, com a precipitação da rebelião, as forças leais a Getúlio puderam antecipar-se e neutralizar com facilidade as tentativas de adesão ao movimento. O eventual apoio de contingentes do Paraná e de Santa Catarina, que pouco influiria no destino da luta, de todo modo era totalmente dependente da posição gaúcha.

Quanto a Minas, havia quem (como o coronel Euclides Figueiredo) atribuisse ao velho governador Olegário Maciel simpatia pela causa paulista. No entanto, como os principais constitucionalistas mineiros faziam oposição ao seu governo, Maciel, depois de breve hesitação, acabou ficando com a ditadura. Já no dia 10, a Força Pública mineira desloca-se para o Túnel

RESISTÊNCIA HERÓICA

Logo nos primeiros dias de luta, as forças constitucionalistas passaram a ser fustigadas por todos os lados, mas os principais combates foram travados em três frentes:



1

NA FRENTE SUL

As forças enviadas para formar alas para as tropas gaúchas tiveram de passar a enfrentá-las, por causa da traição do interventor Flores da Cunha. Pela inferioridade numérica, precisaram ser muito reforçadas para poder continuar resistindo

2

NO VALE DO PARAÍBA

As forças comandadas pelo coronel Euclides Figueiredo sofriam o assédio frontal de tropas vindas do Distrito Federal. E pelo flanco eram atacadas por forças federais desembarcadas pela Marinha na região de Parati. Os paulistas mantiveram a posição até o fim da luta

3

NA FRENTE NORTE

Na ligação ferroviária com Minas Gerais, as forças paulistas enfrentaram, desde o início, as tropas mineiras enviadas já no dia 10 de julho para conquistar aquela posição estratégica. E resistiram até a assinatura do cessar-fogo

ArtEstado/Cido Gonçalves

UM HOMEM DE LIDERANÇA



Julio de Mesquita Filho

▶ Ao decidir articular a luta armada, o diretor do Estado tinha um objetivo definido: "impor aquilo que a Revolução de 30 havia prometido e não cumprira, ou seja, a democratização, a implantação de um regime liberal no País".

ArtEstado

da Mantiqueira, na divisa entre os dois Estados, onde seriam travados alguns dos mais encarniçados combates de toda a campanha.

Para completar o quadro sombrio, a Marinha bloqueou o Porto de Santos, impossibilitando o desembarque de armas e munições de que as forças paulistas iriam sentir terrível falta ao fim de alguns dias de luta. (A Marinha facilitaria, em seguida, o desembarque de tropas da ditadura na região de Paraty. Essas tropas bloquearam a coluna paulista que se preparava para avançar para o Rio, a partir da ocupação de Barra do Pirai).

Mas os chefes revolucionários ainda não avaliavam até que ponto estavam isolados e continuavam contando com supostos aliados.

Por designação do general Isidoro, o coronel Euclides assumira o

Julio de Mesquita Filho procurava, assim, interpretar o sentimento que foi tomando conta da população de São Paulo à medida que o Governo Provisório se afastava do compromisso de moralizar o mecanismo eleitoral e procurava alijar a elite paulista do processo político, tanto no nível local como nacional. Foi ele o responsável por uma antes inimaginável aliança entre o Partido Democrático, fundado pouco antes por empresários e profissionais liberais de São Paulo, e o Republicano, reduto de políticos tradicionais da República Velha.

O passo seguinte seria articular a sustentação militar ao movimento, para a qual procurou a ajuda do general Isidoro Dias Lopes e do coronel Euclides Figueiredo. Depois tratou de obter apoio fora do Estado, principalmente junto a membros da Frente Única do Rio Grande do Sul. Iniciada a luta, partiu para a frente de combate do Vale do Paraíba, onde permaneceu, com o coronel Figueiredo, até os dias finais da Revolução. Assinado o armistício, foi mandado para a Casa de Detenção no Rio de Janeiro e daí para o exílio em Portugal.

UM HOMEM DE CORAGEM



Coronel Euclides Figueiredo

▶ Pai de um futuro general presidente da República no regime militar (João Baptista Figueiredo), o coronel Euclides sempre viu com desconfiança a interferência de militares na política. Foi uma das razões que o levaram a se opor à Revolução de 30, apoiada pelo tenentismo, da mesma forma que fora contrário aos levantes de 1922 e 1924.

Preso em outubro de 1930, quando servia em Alegrete (RS), e libertado meses depois, quando o Governo Provisório se

sentia consolidado, Figueiredo pediu reforma para não ter de servir à Ditadura. Mesmo informado de sua posição, porém, o então ministro da Guerra, general Leite de Castro, negou o pedido, dizendo que o Exército não poderia prescindir de um oficial de seu valor.

Morava no Rio quando se engajou de corpo e alma no movimento constitucionalista, para o qual procurou adesões nos meios militares do Distrito Federal.

No dia 9 de julho, surpreendido pela precipitação do levante (por causa da destituição do general Klinger do comando militar do Mato Grosso), viajou às pressas para São Paulo, onde foi comandar as forças revolucionárias no Vale do Paraíba, que resistiram até os dias finais da luta.

Foi, literalmente, o último a se entregar. A Revolução estava batida havia mais de dez dias quando o capturaram na ilha de Santa Catarina, a bordo de um barco de pesca com o qual tencionava chegar ao Rio Grande do Sul, onde acreditava ainda haver luta contra a Ditadura.

ArtEstado

maior marcialidade ao espetáculo. Apesar do aspecto triunfal da recepção, porém, o movimento estava apenas começando. E perdendo momentos irrecuperáveis, pois em três dias não avançara um passo além da capital.

Nesse mesmo dia, o coronel Figueiredo passa o comando a Klinger e vai chefiar o avanço rumo ao Rio pelo Vale do Paraíba. Mas se detém nos limites do Estado, instalando seu quartel-general em Cruzeiro. Se tivesse seguido para o Rio, segundo o depoimento insuspeito de Benjamim Vargas (irmão do ditador) ao historiador Hélio Silva, "seria recebido com flores, porque as guarnições militares e a população eram simpáticas à causa constitucionalista".

Outros chefes militares avaliavam que uma ofensiva fulminante

sobre o Rio teria decidido a sorte da luta em favor de São Paulo. O coronel Figueiredo, no entanto, considerou que tal avanço seria uma aventura e preferiu aguardar a chegada de forças aliadas, quando então partiria em ofensiva.

Essas forças aliadas, já se sabe, nunca chegaram. Ou melhor, chegaram contra os paulistas, provocando total reversão de planejamento tático e até do destino da luta. Em lugar de um avanço para o Distrito Federal — que os mais otimistas anteviam como pouco mais difícil que uma parada militar —, as tropas paulistas tiveram de ser dispostas em posição defensiva, procurando bloquear os caminhos que levavam à capital do Estado.

As unidades mandadas para a região de Itararé, supostamente para formar alas à passagem das

Um desfile com toda a pompa. E tempo precioso perdido



flamadas do tribuno Ibrahim Nóbrega. "Desembainha a espada em continência à lei", brada o general, antes de percorrer a cavalo o trajeto até o quartel-general, para dar

S. PAULO

RAL

70 ANOS

luta, traição e mortes



Cena de "A Guerra dos Paulistas", que será exibido na Assembleia

Documentário da TV Cultura lembra a guerra

KARLA DUNDER

A homenagem aos veteranos da Revolução Constitucionalista de 32, depois de amanhã, na Assembleia Legislativa, terá uma inovação. Além da entrega de medalhas e dos discursos do presidente da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Li-

ma, e do presidente da Casa, deputado Walter Feldman, soldados da Polícia Militar, fardados como combatentes de 1932, distribuirão fac-símiles do Estado, com notícias da época.

Às 16 horas, haverá um coquetel no Auditório Franco Montoro, onde cinco painéis reproduzem a história da guerra pelas páginas do Estado. Em seguida será exibido o documentário *A Guerra dos Paulistas*, de Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi (que a TV Cultura exibirá na noite do dia 13).

A obra procura contar aos



Um dos cenários foi a Academia do Barro Branco, da PM



Laís Bodanzky dirige as filmagens do documentário

paulistas uma parte de sua história, esquecida no tempo, diz o roteirista Luiz Bolognesi. Para o diretor do Núcleo de Documentário da TV Cultura, Mário Borgneth, o movimento não teve, até hoje, um tratamento à altura de sua importância. "O documentário marca os 70 anos da revolução de forma séria e ao mesmo tempo descontraída, procurando dialogar com as novas gerações", diz.

A Guerra dos Paulistas traz depoimentos de pessoas que acompanharam os fatos, costurados com imagens de arquivo e um tre-

cho de ficção. A emoção é a tônica do documentário. "A linguagem adotada procura alcançar pessoas que não estão acostumadas a ler. Trazer à tona dados históricos facilita a compreensão da atualidade e auxilia na formação do homem", afirma o diretor de Jornalismo da TV Cultura, Marco Antonio Coelho Filho.

O documentário é uma realização da TV Cultura e da Assembleia Legislativa, com o apoio do Grupo Estado, que abriu seus arquivos e forneceu imagens e vídeos.

ra os combatentes.

A indústria procurou se adaptar, do dia para a noite, para a produção de capacetes, armas, bombas, munição, vagões blindados, enfim, tudo que pudesse compensar a crescente disparidade de material bélico entre os dois lados. Setenta anos atrás, no entanto, faltava à indústria paulista desenvolvimento tecnológico para essa transformação súbita: fabricado em condições improvisadas, o equipamento produzido nem sempre funcionava. Por exemplo, durante os testes dos primeiros morteiros feitos em São Paulo, a explosão extemporânea de um deles causou a morte do comandante da Força Pública, coronel Marcondes Salgado, atingido por um estilhaço.

Procurou-se, também, comprar armas e munições no exterior, por conta de créditos sobre carregamentos de café embarcados pelo Porto de Santos nos dias anteriores à revolução. Excluídos alguns aviões, porém, o material bélico vindo de fora foi quase insignificante.

Com todas essas dificuldades, porém, decorrido um mês de luta, o comando revolucionário ainda preferia rejeitar uma proposta da ditadura nas seguintes bases: 1)

Aliados gaúchos ainda tentaram socorrer os revoltosos



desarmamento das tropas paulistas; 2) formação de um novo governo civil e paulista no Estado; 3) adoção de uma constituição provisória, que vigoraria até a deliberação da constituinte. Além de não confiar em Getúlio, os revolucionários mantinham a esperança de que outros Estados ainda viessem a acompanhar São Paulo.

Havia, de fato, esforços isolados para que isso acontecesse, principalmente no Rio Grande do Sul, onde se cobrava o compromisso não cumprido com os paulistas. Mesmo com a polícia no seu encalço, líderes da Frente Única gaúcha procuravam levantar o Estado contra a ditadura, tentativa que terminou na prisão de alguns deles, entre os quais o legendário caudilho Borges de Medeiros, então com 70 anos, capturado no dia 20 de setembro, depois de um tiroteio de três horas. A ajuda do Sul, portanto, nunca viria.

Manobras – A essa altura, no entanto, o próprio comandante-chefe das forças constitucionalistas dava demonstrações – ainda que não públicas – de que estava disposto a capitular. Em carta ao ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, Klinger pede-lhe que consulte o governo sobre as condições para um armistício. Diz que está disposto a isso porque, "afinal de contas, há união de pontos de vista a respeito do ponto essencial – a pronta constitucionalização do País".

A carta a Protógenes tem data de 12 de setembro e a resposta, de três dias depois. As condições já são outras: um novo item mencionava punições para os responsáveis pela rebelião; e não se fala mais em constituição provisória. Já não há, como se verifica, "união de pontos de vista quanto ao essencial", mas nem por isso Klinger se sente desestimulado a prosseguir as negociações para o cessar-fogo.

No campo de batalha, as defesas de São Paulo em torno da capital começam a esboroar-se, principalmente pelos lados de Minas, e as tropas federais aproximam-se cada vez mais. No dia 27, o comandante da Força Pública, coronel Hercúlo de Carvalho, convencido de que não conseguiria manter a resistência na região de Campinas, para onde fora designado, convoca uma reunião de vários comandantes de destacamentos, que pintam um quadro sombrio da situação e recomendam providências para um cessar-fogo. No dia seguinte, procura, em Cruzeiro, o coronel Figueiredo, que rejeita a ideia, mas acaba concordando que se convoque um encontro dos chefes militares e civis do movimento para uma avaliação geral. Antes

que isso ocorra, porém, o general Klinger envia um telegrama a todos os comandantes, comunicando sua intenção de propor imediatamente o armistício, "visto ser, falta de meios, baldada continuação de sacrifícios".

Era 28 de setembro, e Klinger manifestaria seu orgulho, tempos depois, por ter conseguido manter sob absoluto sigilo suas gestões para o cessar-fogo, decisão que considerava de sua responsabilidade exclusiva, como comandante militar, sem submissão necessária ao comando civil.

A rendição – Seguem-se penosas negociações sobre os termos do armistício, na tentativa de engendrar um texto que oferecesse garantias consideradas suficientes pela ditadura e ao mesmo tempo não parecesse humilhante demais para os vencidos, apesar das condições a eles impostas: rendição incondicional e punição dos responsáveis pelo movimento.

O aspecto da humilhação parece não ter incomodado os representantes da Força Pública, que, já no dia 1.º, assinam uma convenção em que a milícia se submetia integralmente ao governo federal, asseguradas a seus oficiais "todas as regalias e vantagens de seus atuais postos".

(Ao chegar a São Paulo no dia 6, para assumir o governo em nome da ditadura, o general Valdomiro Lima, comandante das tropas federais na Frente Sul, mandaria este telegrama a Getúlio: "Acabo de entrar na fornalha. Li as condições impostas à Força Pública. Lamento tenhais concordado com documento tão pérfido.")

Na tentativa de articular a resistência, o coronel Figueiredo finha viajado às pressas para a capital. Vai a Klinger, que dá o fato como irreversível. Inconformado, procura membros do governo e líderes civis contrários à rendição, como Aureliano Leite, Edgar Batista Pereira e Julio de Mesquita Filho. A noite, por sugestão dos civis, tem uma reunião com os chefes militares, ausente Klinger (que considerou desnecessária sua presença, por já ter tomado a decisão pessoal de não prosseguir na luta) e ausente também o coronel Hercúlo de Carvalho, que telefonara pouco antes de Campinas, informando não ter tido condições de sustar as negociações da Força Pública com o inimigo.

Surpreso, Figueiredo verifica que é o único a manifestar-se contra a capitulação. Volta a Cruzeiro, disposto a continuar combatendo, mas encontra suas tropas abandonando as trincheiras. Também para ele a revolução estava chegando ao fim. Acaba capturado em Santa Catarina, a bordo de um barco em que pretendia chegar ao Rio Grande do Sul, onde acreditava ainda haver luta.

Exílio foi o destino dos principais líderes do movimento



Depois disso, o exílio, destino de todos os líderes do movimento, após passagem de algumas semanas pelas prisões da ditadura.

No texto do armistício afinal assinado pelos emissários de Klinger, o governo provisório fez constarem expressões reconhecendo "a extraordinária bravura com que se bateram as tropas paulistas" e "prestando homenagem aos nobres sentimentos daqueles que, daí em diante, quisessem contribuir para a união dos brasileiros".

São Paulo estava definitivamente batido. Autores simpáticos à causa constitucionalista costumam afirmar que os paulistas perderam em 1932, mas iriam vencer logo em seguida, com a convocação da Constituinte e a edição da Carta de 1934. Interpretação menos confortadora, mas talvez mais realista, é a de que os paulistas, que perderam em 32, voltariam a perder em 37, quando Getúlio, revogando a Constituição de 34, implanta o Estado Novo fascista, que duraria até a vitória aliada na 2.ª Guerra Mundial, com a deposição do ditador pelas Forças Armadas.

UM HOMEM SEM CLAREZA



General Bertoldo Klinger

- Oficial de grande prestígio nos meios militares, o general Bertoldo Klinger, comandante militar do Mato Grosso, teve um comportamento freqüentemente desconcertante à frente do movimento constitucionalista.

Apontado como responsável pela precipitação do levante, por causa de um explosivo documento que divulgou criticando a escolha do ministro da Guerra, Klinger iria ter atitudes surpreendentes em outras ocasiões. Foi uma surpresa, por exemplo, ele ter chegado a São Paulo, no dia 12 de julho, acompanhado de uns poucos oficiais e soldados, quando havia prometido o reforço de pelo menos seis mil homens. É que Klinger se submeteu sem reação à destituição que lhe foi imposta como punição, entregando o comando da tropa que lhe era obediente.

Algumas de suas manobras nunca chegaram a se tornar públicas, como a proposta que apresentou ao ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, no dia 12 de agosto, quando os paulistas ainda se consideravam em condições de vencer. Pela proposta caberia ao almirante depor Getúlio, para depois ambos decidirem a quem entregar o governo até a realização de eleições.

O almirante rejeitou a oferta, mas foi por seu intermédio que, cerca de um mês depois, Klinger tomara a iniciativa de propor um armistício à Ditadura, sem consultar nem as lideranças civis do movimento nem os comandantes das frentes de luta, que só souberam de suas intenções quando ele já as havia comunicado ao inimigo.

ArtEstado

UM HOMEM SEM PALAVRA



General Flores da Cunha

► Nomeado interventor no Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas, o general Flores da Cunha conspirou contra a Ditadura com os políticos da Frente Única do Estado, aos quais autorizou a garantir o apoio gaúcho aos constitucionalistas de São Paulo. A partir de determinado momento, porém, atormentado por dúvidas que nunca chegou a exteriorizar aos demais conspiradores, passou a manter o Governo Provisório informado de tudo que se passava.

Na fase da conspiração, chegou a consultar o pai dos então tenentes Orlando e Henrique Geisel, da guarnição de Cachoeira, quanto à possível adesão de seus filhos a um movimento contra a Ditadura (o patriarca Geisel, pai do futuro presidente general Ernesto Geisel, respondeu-lhe que nunca trataria de tal assunto com os filhos). Na mesma fase, Flores forneceu fuzis e munição para a preparação do levante no interior do Estado; depois, ao mudar de planos, mandou recolher as armas e prender as pessoas a quem as confiara.

Dúbio até as vésperas do 9 de Julho, a ponto de desconcertar os constitucionalistas gaúchos que contavam com ele, acabou ordenando que marchassem contra os paulistas as tropas que prometera enviar para apoiá-los.

Em 1946, na Assembleia Constituinte, fazia um patético mea culpa: "Às vezes tinha vontade de atar a corda ao pescoço e ir entregar-me aos paulistas, para dizer-lhes que eles é que tinham razão. Ainda hei de voltar a São Paulo para visitar as salas quadrangulares do velho Convento de São Francisco e dobrar os joelhos para penitenciar-me".

ArtEstado

tropas gaúchas, viram-se de repente na condição de ter de enfrentá-las, em dramática inferioridade numérica e de armamentos. E só depois de muito reforçadas puderam deter o avanço adversário, comandado pelo general Valdomiro Lima.

Na Frente Norte, já no dia 10 de julho, tropas da Força Pública mineira dirigiam-se para o Túnel da Mantiqueira, passagem obrigatória na rota ferroviária entre os dois Estados e um dos pontos estratégicos da campanha: se os paulistas o perdessem, estaria aberto o caminho para as tropas federais vindas de Minas e do Norte-Nordeste pelo território mineiro. Do lado dos federais, um dos comandantes era o coronel Eurico Gaspar Dutra, que se esquivava de um insistente assédio para

aderir à causa constitucionalista. E outro futuro presidente prestava serviços ali: o jovem capitão Juscelino Kubitschek, médico da milícia mineira, que lá organizou um hospital de campanha.

A resistência dos soldados de São Paulo no túnel se manteve até o fim. Se vencida, teria ficado irremediavelmente vulnerável a retaguarda das forças do coronel Figueiredo no Vale do Paraíba, já atacadas frontalmente por contingentes vindos do Rio e, pelo flanco, por tropas desembarcadas pela Marinha na região de Paraty.

Aos poucos, a ditadura organizava suas forças, fazendo convergir contra São Paulo tropas do Exército e das várias milícias estaduais, postas à disposição do Governo Provisório pelos respectivos interventores. Todo esse apa-

rato, heterogêneo mas numeroso, passou a fustigar o Estado por todos os lados possíveis.

Para enfrentar esse exército de mais de 100 mil homens, São Pau-

Enorme disparidade de forças determinou o destino da luta



lo contava com 10 mil ou 12 mil soldados da Força Pública, 8 mil a 10 mil homens da guarnição federal e um voluntariado estimado em 50 mil a 100 mil (os números variam conforme as fontes). Por um cálculo